



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A CRISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA E OS SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL ¹
MICHAEL DA COSTA LAMPERT ²
ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA ²
CAROLINA SCHNEID TEIXEIRA ²

RESUMO: O artigo aborda a crise da universidade privada, tendo como campo de análise a formação em Serviço Social e a experiência vivenciada pelos autores que estão inseridos num curso (de graduação e pós-graduação) que tem anunciado o seu fechamento a curto prazo. Tal realidade convocou os mesmos a produzir um texto que registra esse fato histórico e inédito para socializar com a categoria as reflexões acerca dos impactos que se colocam para o futuro da formação na área.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, Crise, Universidades, Serviço Social.

ABSTRACT: The article addresses the crisis of the private university, having as its field of analysis the training in Social Work and the experience lived by the authors who

1 Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

2 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

are inserted in a course (undergraduate and graduate) that has announced its closure in the short term. This reality summoned them to produce a text that records this historical and unprecedented fact to socialize with the category the reflections about the impacts that arise for the future of training in the area.

KEYWORDS: Training, Crisis, Universities, Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2022 vem aprofundando as substantivas transformações que vêm sendo processadas na formação em Serviço Social nos últimos anos, considerando a retomada das atividades acadêmicas presenciais, após o período excepcional em que vigorou o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em decorrência da pandemia mundial da Covid-19. Igualmente constatamos processos variados de reordenamento institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente, as de natureza privada e presencial que vivenciam os rebatimentos da crise capitalista mundial que foi intensificada pelos efeitos da referida pandemia. Com isso, se destaca a precariedade do investimento social, cultural e político do país, compreendido à luz da incidência da lógica neoliberal, que na área educacional não garante os investimentos para o acesso/permanência da população, traduzido na falta de incentivo nesse nível de ensino, na pesquisa e na produção de conhecimento.

Tal conformação tem gerado um processo de dupla natureza em que se constata: 1) ampliação da mudança na oferta do curso (da modalidade presencial para à distância e/ou suas derivações: híbrida/flex/etc.) e 2) fechamento ou suspensão da abertura de processos seletivos para os cursos de graduação e pós-graduação, gerando novas inflexões na geografia da formação da área que, há quase duas décadas, vem sendo impactada pela ampliação de vagas e IES, especialmente, privadas e na modalidade à distância. A novidade no mundo “pós pandemia”, no que se refere à formação de assistentes sociais, é o predomínio, quase exclusivo, da

modalidade privada e à distância, acompanhada das IES públicas, com a progressiva extinção das privadas presenciais.

Neste artigo, do lugar que ocupamos como docente e discentes vinculados a um curso de graduação e pós-graduação privado e presencial da área, testemunhamos o anúncio do fechamento de ambos os cursos previsto para o período de dois anos (a graduação) e quatro anos (a pós-graduação). Além disso, participamos de um grupo de pesquisa que, há 14 anos, pesquisa a formação na área, o que nos faz “sentir na pele” o que vínhamos constatando em um conjunto de pesquisas. Assim, elegemos este lugar e momento histórico para compartilhar com a categoria profissional o processo que estamos testemunhando; ao mesmo tempo em que empreendemos um esforço para subsidiar o debate acerca deste tempo tão adverso e desafiante para a formação das gerações atuais e futuras, assim como para a pesquisa e a produção de conhecimento das ciências humanas e as sociais aplicadas.

O artigo está estruturado nesta introdução, seguido de uma seção que problematiza a crise nessas instituições, empreendendo um recorte para a área do Serviço Social, enfatizando a face privada nas IES que ofertam o curso e compartilhando da realidade que um desses cursos vem vivenciando e que pode ser considerada uma síntese do processo que se trata de problematizar neste texto. Por fim, são tecidas considerações finais e indicadas as referências que subsidiaram a produção do mesmo.

2. CRISE CAPITALISTA: incidência nas instituições de ensino superior e na formação em Serviço Social

Nesta seção objetivamos explicitar o eixo de análise adotado neste artigo, de modo a contextualizar o lugar e o papel das instituições privadas no Brasil, a sua incidência na formação em Serviço Social e os impactos que se verificam na mesma nestes tempos “pós-pandêmicos”. Parte-se da tese de Maciel (2006), que investigou a crise da educação superior brasileira, tendo como analisador a formação na área do Serviço Social. A tese que emergiu dessa pesquisa afirmava que a crise

vivenciada tem a sua gênese na própria crise da sociedade capitalista, consubstanciada na alteração do padrão de organização e gestão do trabalho, bem como do seu modelo de regulação social. Essas alterações exigem uma nova identidade e um novo modelo de gestão das IES e, conseqüentemente, uma revisão dos projetos de formação profissional, dentre eles, o do Serviço Social. O resultado dessa revisão culmina com a exclusão/extinção/esvaziamento do curso em várias instituições, visto que ele não possui características consideradas atrativas para a lógica capitalista porque se dedica a enfrentar e formar para as contradições produzidas por essa mesma lógica. Assim, a formação na área se encontra demandada e desafiada a fortalecer o seu projeto de formação, sob pena de tornar-se uma profissão atrelada às determinações da sociedade movida, predominantemente, pelos interesses do capital.

2.1. A educação superior no Brasil e a sua face privada

O Brasil é um país que, tardiamente, implantou IES no território nacional, se comparado com os demais países da América Latina e Central que possuem instituições dessa natureza há mais de dois séculos, além das europeias que são ainda mais longevas. Tal realidade, associada às políticas de ensino superior adotadas em diferentes períodos e governos, nos traz como legado a baixa escolaridade da população, considerando que apenas 17,4% das pessoas, com idade de 25 anos ou mais, possuem o ensino superior completo (IBGE, 2019). Nossa taxa de escolarização líquida (que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, em relação ao total da população da mesma faixa etária), é de apenas 18,1%, segundo a mesma fonte. Tal dado se encontra bem abaixo da meta 12 que o Plano Nacional de Educação quer atingir até 2024: 33% (PNE, 2015).

Outra disparidade do ensino superior nacional é a concentração de matrículas na rede privada, pois 75,8% das matrículas nesse nível de ensino são em IES privadas (2.153), o que conforma um modelo predominantemente privado, logo, distante da garantia da sua oferta pelo Estado como um direito social. Nesta

natureza, é importante destacar, ainda, que há distinções identitárias nas mesmas, pois elas podem ser classificadas como: confessionais, comunitárias e empresariais lucrativas. Ao lado dessa rede, num número inferior encontram-se as IES públicas (304) que, juntas, somam 2.457 IES no país (INEP, 2021).

Viver em um país com essa realidade nos permite afirmar que estamos distantes de testemunhar a garantia do acesso da maioria da população a esse nível de ensino; ao mesmo tempo, constatamos que a alternativa que resta para a população se encontra no mercado do ensino privado que, nas últimas décadas, se expandiu e complexificou em decorrência de um conjunto de elementos: a) as políticas públicas de parcerias e/ou financiamento; b) o barateamento dos cursos privados, mediante a oferta da modalidade de ensino à distância, que permitiu a expansão das vagas e uma maior aceitação do uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior; c) a entrada de novos “players” no mercado educacional formando grandes conglomerados educacionais que não só puxaram os preços das mensalidades para baixo como enfrentaram IES de grande porte e larga tradição, gerando aquisições, fusões e fechamentos de cursos e, até mesmo, instituições.

Assim, a face privada das IES no Brasil tem sua origem na sua própria gênese e a sua expansão, significativamente superior à pública, traduz um projeto de educação para o país que os números não podem ocultar. Eles se expressam no quantitativo de IES que conformam esse nível de ensino, bem como o percentual de vagas que o setor oferta e o seu número de alunos na atualidade. Se associa a essa face, a afirmação corrente de que se trata de um ensino mercantilizado que decorre, não apenas da natureza das IES que o ofertam, mas da lógica que o ancora: a lógica do mercado. Ademais, se torna imprescindível destacar que o curso de Serviço Social não está a serviço de um trabalho mercantilizado e alienado, considerando o seu projeto ético-político que se posiciona de modo antagônico ao ideário neoliberal.

A política educacional vigente segundo os órgãos internacionais se “constitui em um excepcional mercado em expansão e se coloca como a estratégia de formar perfis para um mercado de trabalho flexível, desregulamentado, uberizado, instável,

desprofissionalizado” (GUERRA; CARRARA; MARTINS, 2022, p. 575), apresentando predileção pelo setor privado, visto que a educação é compreendida enquanto mercadoria, o que contribuiu para a ascensão dos monopólios internacionais de educação. No Brasil, a abertura de capitais para a educação se deu em 2007 e, desde então, tem se expandido vertiginosamente, impactando as instituições de ensino do país.

O Observatório da Financeirização mostra, em 15 de outubro de 2020, as oito empresas de capital aberto que atuam no setor. São elas: Kroton Educacional S.A. (também conhecida como Cogna), Yduqs Participações S.A., Ser Educacional S.A., Ânima Holding S.A., Bahema Educação S.A., Arco Educação S.A., Afya Participações S.A., Vasta Plataform Limited (Idem). Esse mercado grande e promissor tem se expandido para dominar a educação em todos os níveis. (GUERRA; CARRARA; MARTINS, 2022, p. 576).

Acreditamos que essa conjuntura seja resultado de uma multiplicidade de fatores, como o avanço dos monopólios internacionais de ensino, a expansão e popularização das tecnologias no ensino, acentuadas pela pandemia, “que possibilitam uma educação ao longo da vida de modo flexível, em tempos e espaços distintos” (GUERRA; CARRARA; MARTINS, 2022, p. 579), e aqui não caberia prolongar a já conhecida precarização que essas formas de ensino têm representado para a educação brasileira.

Há de se destacar, também, a lógica que tem demarcado o acirramento da concorrência entre as próprias IES privadas que, no Brasil, convivem com um processo predatório entre si, gerando a necessidade de novos posicionamentos institucionais, especialmente, das IES mais antigas e tradicionais que precisam conviver com as “novas” IES que emergem, a partir do interesse exclusivo de explorar o mercado educacional que, no caso brasileiro, dada a baixa escolaridade da sua população se torna muito atrativo.

Estruturalmente estamos diante de uma crise institucional das IES no país e no mundo, evidenciando que estas vêm sofrendo os rebatimentos da crise do capital e, assim, condensando determinantes do campo cultural, econômico, político e social que estão associados aos impactos que o capitalismo vem produzindo no padrão de produção e regulação social.

O não investimento do Estado na universidade pública e a mercantilização que atinge essa instituição são os pilares de um projeto global que vem contornando as políticas universitárias em nível mundial (SANTOS, 2004). Os motivos dessa realidade, para o referido autor, decorrem de uma crise que possui três níveis: de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade.

A crise de hegemonia resultou da própria identidade da universidade que, historicamente, concentrou suas práticas na formação das elites dos países e na produção de uma alta cultura que, em momentos como o atual, passam a ser colocadas em segundo plano para fomentar padrões culturais médios e busca pela formação de profissionais com conhecimentos instrumentais para rápida e imediata resposta às demandas do estágio atual do capitalismo. Associa-se a isto o surgimento de outras instituições que passam a formar e a produzir conhecimentos para colocar em xeque a hegemonia universitária. Deste modo:

[...] a pressão hiperprivatística da mercantilização do conhecimento, das empresas concebidas como consumidoras, utilizadoras e mesmo co-produtoras do conhecimento científico, uma pressão que visa reduzir a responsabilidade social da universidade à sua capacidade para produzir conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável (SANTOS, 2004, p. 44).

A crise de legitimidade decorre do fato de não haver mais consenso em torno da universidade como única instituição produtora do conhecimento capaz de formar profissionais, não apenas das elites, mas agora, também, da classe trabalhadora.

A crise institucional pode ser compreendida pela perda da prioridade da educação como bem público por parte dos Estados e não está associada apenas a esta política, mas resulta da: [...] perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (SANTOS, 2004, p. 17).

Nesse contexto de crise institucional, o autor sinaliza que a universidade pública, para sobreviver, inicia um processo de privatização dos seus serviços, através do estabelecimento de parcerias com o capital. No mesmo plano, passa-se a eliminar a diferença entre instituições públicas e privadas, para a transformação das universidades em empresas que, por sua vez, independem da sua natureza (pública e/ou privada):

O atual paradigma institucional da universidade tem de ser substituído por um

paradigma empresarial a que devem estar sujeitas tanto as universidades públicas, quanto as privadas, e o mercado educacional em que estas intervêm deve ser desenhado globalmente para poder maximizar a sua rentabilidade (SANTOS, 2004).

Em face desse paradigma que se arquiteta e se executa nas IES brasileiras, cabe problematizar: quais são os seus impactos na formação em Serviço Social?

2.2. A formação privada em Serviço Social: sinalizando os seus impactos

O retorno às atividades presenciais, ocorrido entre o final de 2021 e o início de 2022, veio acompanhado de uma série de impactos para o ensino superior, tais como: a alta evasão dos alunos; a reopção pela modalidade de ensino acentuando a migração da modalidade presencial para à distância; a diminuição das matrículas nas IES, especialmente, privadas e presenciais, o que amplificou a crise institucional e financeira das mesmas.

A fim de ilustrar essa realidade, fazendo o seu recorte para a área de conhecimento do Serviço Social, recorreremos à própria experiência dos autores deste artigo, pois a IES ao qual pertencem comunicou, em julho de 2022, que suspenderá de modo permanente a oferta dos seus cursos de graduação e pós-graduação. Tal decisão, que ocorre num momento de profunda crise capitalista, traz à tona o acirramento de um processo de precarização da formação em Serviço Social que, há quase duas décadas, vem sofrendo com a expansão da oferta do curso em IES privadas/à distância. A novidade desse processo se expressa no fechamento progressivo dos cursos privados, o que inclui um curso de pós-graduação que se apresenta como fenômeno inédito, o que requer um olhar atento e crítico da categoria posto que, no caso da Unidade de Formação Acadêmica (UFA) em questão, será fechado o único curso de doutorado em Serviço Social do estado.

À primeira vista, trata-se de uma decisão da instituição, que parece ter optado pela não realização de ingresso via processo seletivo na pós-graduação para 2023 sob a justificativa de que a baixa aderência ao curso em nível de graduação vem se mostrando crescente, de acordo com a procura pelo curso nos últimos vestibulares, conforme manifestação da instituição prestada à jornal local do RS:

A PUCRS confirma a não abertura de edital de ingresso para o programa de pós-graduação em Serviço Social, a partir de 2022. A integração entre graduação e pós-graduação é fundamental para a viabilidade do programa e atualmente a demanda da graduação é insuficiente para abertura de novas turmas. Essa decisão não gera nenhum prejuízo acadêmico aos atuais estudantes matriculados no programa (HARTMANN; SANDER, 2022, s.p).

A matéria publicada pelo referido jornal faz saltar aos olhos que o fechamento de um programa de excelência reconhecido regional, nacional e internacionalmente se dá pela demanda insuficiente do curso de graduação da mesma UFA. Esse apontamento, nos faz apontar as possíveis razões para a falta de ingressos nesse curso. Sabe-se que o curso é o primeiro que foi criado na região sul, e se situa numa IES de natureza privada sem fins lucrativos, reconhecida assim, também como IES “comunitária”³. Por se tratar de um curso em IES de natureza comunitária, logo, essa IES também apresenta sua missão e visão em confluência com os princípios da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC), pois de acordo com portal da instituição:

A PUCRS, fundamentada nos direitos humanos, nos princípios do cristianismo e na tradição educativa marista, tem por Missão produzir e difundir conhecimento e promover a formação humana e profissional, orientada pela qualidade e pela relevância, visando ao desenvolvimento de uma sociedade justa e fraterna (PUCRS, 2022, s.p).

E, ainda, se destaca a sua visão: “Em 2022, a PUCRS, em conformidade com a sua Missão, será referência internacional em Educação Superior por meio da Inovação e do Desenvolvimento social, ambiental, científico, cultural e econômico” (PUCRS, 2022, s.p). Muitos dos valores institucionais são partilhados pelo projeto ético-político do Serviço Social, portanto, é de causar total estranhamento a decisão

³Apesar de algumas diferenças entre as várias instituições de ensino superior que se caracterizam como comunitárias, há um consenso em torno da seguinte definição: Universidade Comunitária é uma universidade privada, mantida e administrada por grupos leigos ou confessionais, mas de caráter público não-estatal, voltada para interesses exclusivamente educacionais e com destinação certa para seu patrimônio. A universidade comunitária tem como característica jurídico-institucional o de estar apoiada numa mantenedora que pode ser uma fundação de direito privado, uma associação ou uma sociedade civil (Franco, 1994, p. 6). A mantenedora é uma entidade filantrópica reconhecida de utilidade pública municipal, estadual e federal, com registro no Conselho Nacional de Serviço Social, sem fins lucrativos e com um prazo de duração indeterminado (NEVES, 1995: 13-14).

de interromper a continuidade dos cursos na instituição, considerando que o mesmo nasceu com a própria instituição (à época Escola de Serviço Social que, junto com as Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas, Direito, Filosofia, Ciências e Letras) e foi um dos pilares que serviram para constituir a PUCRS como Universidade (FAUSTINO; CLEMENTE, 1995).

Esse estranhamento nos faz buscar o entendimento desta decisão e situá-lo, no âmbito da crise das universidades privadas, dado o agravamento da conjuntura política e econômica, associada à perspectiva concorrencial que vem se ampliando com o crescimento exponencial de IES privadas com fins lucrativos, assim como representa um fator que impõe uma lógica mercadológica para a educação superior como um todo.

Quando falamos de todas as IES, nos referimos a um universo amplo que contempla a educação em IES públicas e privadas. Este universo, representado em dados, pode ser verificado nas Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior de 2020, publicado em 18 de fevereiro de 2022, onde se verifica que em 2020 a rede de ensino superior brasileira possuía o total de 2.457 IES; deste total, a iniciativa privada continha 87,6% do montante (sendo 1.752 faculdades, 310 centros universitários e 91 universidades), enquanto a educação superior pública continha 12,4% deste total, equivalendo a 140 faculdades, 112 universidades, 40 Institutos Federais e Centro Federal de Educação Tecnológica – IF e CEFET – e 12 centros universitários (INEP, 2022, p. 11).

Outro dado relevante que este documento aponta é o crescimento do número de ingresso, em cursos de graduação por modalidades presencial e de ensino a distância, este último no ano 2019 e 2020 cresceu 26,2% e, na última década (2010 a 2020), teve um crescimento de 428,2% nesta modalidade, enquanto o ano de 2020 demonstrou que a modalidade presencial experimentou um decréscimo de 13,9% em relação a 2010. Em 2020, houve um total de 3.765.475 ingressantes (1.756.496 ingressaram na educação presencial e 2.228.979 na educação a distância) enquanto, em 2010, do total de 2.182.229 ingressantes, 1.801.901 eram ingressantes na modalidade presencial e 380.328 na modalidade a distância (INEP, 2022, p. 17).

O curso de Serviço Social na PUCRS reflete a realidade dos dados gerais do INEP, já que, ano após ano, vem diminuindo o número de ingressantes via vestibular, com o destaque de que boa parte de ingressantes, nos últimos anos, acessou via Programa Universidade Para Todos (PROUNI) ou pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), sendo em menor número os que arcam, privadamente, com o valores do curso.

Esse destaque se torna pertinente quando se consulta os valores referentes ao curso no site da instituição, válidos para 2022, onde se constata que a primeira parcela do semestre é de R\$2.092,02, seguida de mais 5 parcelas de R\$1.941,30, totalizando R\$11.798,80 o valor do semestre.

Os valores do curso demonstram a importância de iniciativas como PROUNI e FIES que vem sofrendo com cortes orçamentários anuais, principalmente depois da aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que estabeleceu o teto de gastos do fundo público e afetou todas as políticas sociais. Ao mesmo tempo, também situa a contradição de uma IES com viés comunitário que apresenta um alto valor de mensalidade. Esses valores podem expressar o interesse em manter o caráter elitista e favorecer o acesso da camada que depende dos investimentos públicos para acessar o curso. Por óbvio, esses valores para acessar a educação superior em uma IES privada acabam sendo inacessíveis para a classe trabalhadora, e de certo modo, corroboram com uma universidade não inclusiva, elitizada e descolada das necessidades reais que justificam a existência e natureza de uma IES comunitária.

Esses elementos que corroboram com o não ingresso na graduação, pela lógica institucional, se fizeram reverberar na pós-graduação com a decisão de não abertura de processos seletivos e, por consequência, a extinção do terceiro programa de pós-graduação da área entre os 36 existentes no Brasil.

Atualmente, a formação pós-graduada no Brasil objetiva qualificar os quadros formados em Instituições de Ensino Superior (IES), sejam estas de natureza pública ou privada. Nesse rol de qualificações ofertadas por diversas IES, o Serviço Social se situa como área de conhecimento e profissão, valendo-se deste espaço para promover e movimentar a formação pós-graduada na área, tanto em pós-

graduações lato sensu, como stricto sensu. Neste cenário, conforme dados veiculados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG, 2021), no âmbito stricto sensu, ao final de 2020 o Brasil tinha 4.543 programas de pós-graduação (PPG), sendo que estes ofertavam 4.489 cursos de mestrado (3.663 mestrados acadêmicos e 826 mestrados profissionais) e 2.435 cursos de doutorado (2.410 doutorados acadêmicos e 25 doutorados profissionais), somando assim, um total de 6.924 cursos de pós-graduação stricto sensu em todo país.

Referente a ocupação destes cursos, os dados do Geocapes demonstram que a distribuição discente de pós-graduação no Brasil, no ano de 2020, totalizava um total de 304.892 matrículas (136.194 em mestrado acadêmico, 44.168 em mestrado profissional, 124.530 em doutorado acadêmico e nenhuma matrícula em doutorado profissional), distribuídas com 182.843 matrículas em IES públicas federais, seguidas de 76.091 matrículas na rede pública estadual e 45.315 matrículas na rede privada de ensino superior, evidenciando maior aglutinação de matrículas na rede pública (equivalente a 85,2% do total de matrículas).

Neste universo, de acordo com o “Documento de Área: Área 32”, o Serviço Social atualmente conta com 36 programas de pós-graduação, sendo 20 com doutorado (CAPES, 2019). Frente os dados apresentados, identifica-se que a pós-graduação stricto sensu na área de Serviço Social equivale à menos de 1% do total de PPGs no Brasil (0,79%), fato que por si só justifica a necessidade de defender a manutenção da existência dos Programas da área, que são bem diminutos em relação à totalidade de programas existentes no país.

O impulso e a necessidade de fazer a defesa do Programa da PUCRS fez com que o corpo discente do mesmo se mobilizasse, tanto no sentido de denunciar o que representa o fechamento do PPG, como também, na mobilização para pressionar a IES a voltar atrás desta decisão.

Em primeiro momento, foi criado um perfil na rede social do Instagram para divulgar o ocorrido e mobilizar forças, neste perfil a primeira publicação se tratou de uma carta aberta dos discentes contra a extinção gradual da graduação e pós-graduação em Serviço Social na PUCRS. Após conhecimento público desta carta, diversas entidades se manifestaram pela sua, tais como: Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESS-RS), Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA), Centro Estadual de Assistência Social do RS (CEAS-RS).

Destaca-se que a nota do FCHSSALLA contém assinatura de 31 entidades máximas de cada área do conhecimento que compõem o fórum, e a nota da ABEPSS junto com o CFESS contou com assinatura de todos os demais 35 programas da área no Brasil, onde alguns destes também se solidarizam individualmente com notas de apoio como os programas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Além dos Programas frisa-se que os cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) também manifestaram apoio contra esse fechamento.

Cientes das consequências que decisões dessa natureza geram para a profissão, o coletivo da categoria profissional, rapidamente, também se mobilizou. Essa mobilização pode ser confirmada nas páginas das redes sociais criadas pelos discentes da referida UFA, logo, de acesso público, onde se verificam as manifestações de repúdio, indignação, valorização da inserção histórica e da contribuição acadêmica e científica da mesma, vinda de egressos, alunos em formação, docentes e pesquisadores, assim como de algumas organizações sociais que reconhecem a importância do trabalho da profissão e da existência de espaços formativos continuados para a mesma. De modo geral, o conjunto dessas manifestações apresenta elementos que podem contribuir para darmos visibilidade para o que está em jogo, quando IES tomam decisões de encerramento do curso, e que podem ser vislumbradas nas sistematizações feitas a seguir:

- a. O legado histórico do curso (trata-se de um dos primeiros cursos de Serviço Social do país e o primeiro do estado do Rio Grande do Sul; terceiro a ofertar o mestrado na área e único a ofertar doutorado na área do Serviço Social no

mesmo estado. Responsável por formar boa parte das gerações dos profissionais que atuam no estado/região, além do corpo docente da maioria das UFAS de mesma abrangência geográfica);

- b. A excelência da formação (trata-se de curso com nota 5 no Exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE) e nota 6 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES));
- c. A descontinuidade na oferta de cursos privados presenciais de qualidade na área (trata-se do único e último curso no RS a ofertar a formação nessa modalidade), impedindo que novos quadros possam ser formados e gerando a necessidade de busca de outras UFAS, inclusive, ampliando o acesso geográfico à formação continuada;
- d. O encerramento das pesquisas e da produção de conhecimento, comprometendo o campo científico da área e a produção crítica das ciências aplicadas, considerando que o fechamento de um programa de pós-graduação desse porte extingue com núcleos e grupos de pesquisa que possuem larga trajetória e inserção local, regional, nacional e internacional;
- e. O desmonte das ciências humanas e sociais numa conjuntura de questionamento da sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade;

Diferente do sujeito neoliberal que vê a si como uma empresa e aos outros como concorrentes (DARDOT; LAVAL, 2016), há nas referidas manifestações a visão do sujeito coletivo que, além de suas próprias necessidades e anseios, pensa também nos seus pares, logo, nas possibilidades que deixam de existir com a extinção dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social na PUCRS.

Ainda que tenha sido garantindo aos atuais discentes a completude de sua formação, devido ao modelo gradual de fechamento, as perdas com a extinção do curso e do programa de pós-graduação em Serviço Social, não podem ser quantificadas e qualificadas no âmbito individual, mas no coletivo, conforme a sistematização apresentada anteriormente.

Os programas de acesso ao ensino superior tiveram grande investimento por parte do Estado brasileiro. Ao longo do tempo, a isenção de impostos, os incentivos fiscais

e os empréstimos com juros subsidiados deram lastro ao ensino superior privado e comunitário no país. E, de maneira geral, mesmo com seus problemas, que poderiam ser corrigidos a contento, podemos considerar que pior que uma política pública de acesso com problemas é não termos nada para colocar no lugar. E, com isso, compromete o futuro para uma geração inteira de cidadãos que sofrem com mais essa exclusão em seu cotidiano de vida (MARTINS, 2022, p. 36).

3. CONCLUSÃO

As considerações compartilhadas neste artigo, acerca da realidade da formação no Serviço Social não são animadoras, especialmente, quando ilustramos o anúncio do fechamento de um curso tradicional do país, vinculado a uma IES comunitária. No entanto, tratamos de elucidar que esse processo tem sua gênese no atual estágio do capitalismo em que vivemos, sendo que a ofensiva neoliberal imposta no setor educacional, neste caso, na educação superior manifesta um agravamento das condições objetivas para manutenção da formação na área, especialmente, nos cursos privados presenciais que sofrem os revezes da crise sanitária e econômica. Não temos dúvida de que a tendência é de que mais cursos venham a ser descontinuados, o que impõe um olhar atento da categoria para os seus impactos na geografia da formação da área e, conseqüentemente, do trabalho profissional.

Os resultados dessa tendência podem ser altamente nocivos para a formação na área, considerando a formação profissional de qualidade que se almeja como coletivo profissional e que requer cursos presenciais, preferencialmente, de graduação e pós-graduação para garantir a formação continuada, a pesquisa e a produção de conhecimento. Mas não qualquer pesquisa ou conhecimento e sim aquela comprometida com os reais interesses da sociedade e sintonizada com as exigências postas pelo atual tempo histórico.

A defesa do projeto de formação do Serviço Social precisa, neste momento, ser defendida e fortalecida pelo coletivo profissional, pois somente coletivamente poderão ser construídas as mediações e estratégias para o enfrentamento da sua

desconstrução que, como sabemos, pode comprometer o futuro da área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.

CAPES. **Portaria nº 122**, de 5 de Agosto de 2021. Disponível em: cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=6742. Acesso em 24 ago. 2022.

_____. **Sistema Nacional de Pós-graduação**. Brasília, DF, INEP. Disponível em: [Sistema Nacional de Pós-Graduação \(SNPG\) — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) — Português (Brasil) (www.gov.br)) acesso em: 5 de jul de 2022.

_____. **Sistema de Informações Georreferenciadas**. Geocapes: dados estatísticos. DF, INEP. Disponível em: GEOCAPES. Acesso em 5 de jul de 2022.

_____. **Documento de Área – Área 32: Serviço Social**. Brasília, DF: Inep, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia; MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 570-584, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/86945>. Acesso em: 31 ago. 2022.

HARTMANN, Marcel; SANDER, Isabella. **Sem abrir novo edital, programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS será encerrado; estudantes têm conclusão garantida**. Grupo Zero Hora, Notícia publicada em 4 de ago de 2022. disponível em: [Sem abrir novo edital, programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS será encerrado; estudantes têm conclusão garantida | GZH \(clicrbs.com.br\)](http://Sem abrir novo edital, programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS será encerrado; estudantes têm conclusão garantida | GZH (clicrbs.com.br)) acesso em: 31 de ago de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. DF, 2019.

INEP. Censo da Educação Superior 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 25 ago. 2022.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior (11ª edição)**. São Paulo: SEMESP, 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/>. Acesso em 27 ago. 2022.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise**: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social. Porto Alegre, FSS/PUCRS, Tese de Doutorado, 2006.

MARTINS, Rodrigo Perla. A falta de políticas públicas de acesso ao ensino superior: com a crise econômica e sanitária, os números de vagas e alunos nas instituições são preocupantes para o Brasil que queremos no futuro. **Aquecimento Global e Financeirização da Natureza**: Soluções econômicas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa reproduzem modelo insustentável de produção e consumo, Porto Alegre, v. 1, n. 30, p. 30-36, 22 jun. 2022. Disponível em: https://www.sinprors.org.br/wp-content/uploads/2022/06/revista_textual_30_junho_2022.pdf_compressed.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

NEVES, Clarissa Eckbert Baeta. **Ensino Superior Privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias**. NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo. SP, 1995.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/01/crise-levou-35-milhoes-de-jovens-a-abandonar-ensino-superior-em-2021/>. Acesso em 27 ago. 2022.

PUCRS. **A UNIVERSIDADE**. Missão e visão, apresentação institucional. Disponível em: [A Universidade - PUCRS - Portal](#). Acesso em 31 de ago. de 2022.

_____. **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**. Disponível em: [Informações Financeiras - Estude na PUCRS](#). Acesso em 31 de ago. de 2022.

SANTOS, Boaventura. Sousa. **A universidade no século XXI – Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época n.120).

,